

# **A RELAÇÃO INDIVÍDUO-ESTRUTURA NO INSTITUCIONALISMO ORIGINAL E NA “DIALÉTICA DO CONCRETO”**

**Octavio A. C. Conceição\***

**ABSTRACT:** Institutional and economic environment advance following the action and behavior of the individuals, which interact reversibly as outcome of the structured institutions. Such phenomenon is called individual-structure model that present many theoretical conformations. We will discuss two of them: one comes from the marxist notion of totality proposed by Karel Kosik and the other comes from the institutionalism of Hodgson. Despite the great ambition of the theme, we think that this comparison constitutes a rich theoretical field about the relation among individual-structure in Marx and Veblen.

**RESUMO:** O ambiente econômico e institucional avança conforme o padrão de ação e de comportamento dos indivíduos, que interagem reversivamente entre si, como resultado das instituições daí estruturadas. A este fenômeno designaremos relação indivíduo-estrutura, que apresenta várias conformações teóricas, dentre as quais discutiremos duas delas: a oriunda do institucionalismo de Hodgson e a da noção marxista de totalidade de Karel Kosik. Apesar da ambição do tema, consideramos que tal comparação constitui rico aporte teórico para delimitação das relações entre indivíduos e estruturas em Marx e Veblen.

**KEYWORDS:** Institutionalism; Individual-Structure; Economic Totality; Economic Methodology.

**PALAVRAS-CHAVE:** Institucionalismo; Indivíduo-Estrutura; Totalidade Econômica; Metodologia econômica.

Área 1. Metodologia e história do pensamento econômico

---

\* Professor Titular do Programa de Pós-Graduação em Economia e do Departamento de Economia e Relações Internacionais da UFRGS. Email: octavio@ufrgs.br

*“...Para fins de processo desenvolvimentista, quando considerados num processo de mudança cumulativa ou como itens num esquema de vida, esses bens produtivos são fatos do conhecimento, habilidade e preferência humana, ou seja, eles são hábitos de pensamento substancialmente prevalentes, de tal maneira que entram no processo de desenvolvimento industrial. As propriedades físicas dos materiais que são acessíveis ao homem são constantes: o agente humano é quem muda — sua percepção e sua avaliação de como essas coisas podem ser usadas é o que se desenvolve.”*

VEBLEN (2017)

*“... [A] totalidade concreta, como totalidade de pensamento, como um concreto de pensamento, é ‘de fato’ um produto do pensar, do conceituar; mas de forma alguma é um produto do conceito que pensa fora e acima da intuição e da representação, e gera a si próprio, sendo antes produto da elaboração da intuição e da representação dos conceitos.”*

MARX (2011)

A relação entre indivíduos e estrutura social é complexa e intrincada, fornecendo uma poderosa munição para se compreender como medidas propositivas repercutem no ambiente social e econômico, desvendando trajetórias de desenvolvimento econômico incapazes de serem previsíveis. Mais ainda, conforme a filiação teórica das abordagens propostas, diferentes serão as proposições e as perspectivas de análise. Em outras palavras, o ambiente econômico e institucional avança conforme o padrão de ação e de comportamento dos indivíduos, que interagem reversivamente entre si, como resultado das instituições daí estruturadas. A este fenômeno designaremos relação indivíduo-estrutura, que apresenta várias conformações teóricas. O que se procurará demonstrar é que tanto o institucionalismo derivado da contribuição do *Original Institutional Economics* de Veblen, quanto à relação indivíduo-estrutura oriunda da noção de totalidade, subjacente ao pensamento de Marx, fornecem diferentes visões da forma como as estruturas se reproduzem a partir dos indivíduos e vice-versa. Tais perspectivas convergem na medida em que invalidam a possibilidade de compreensão do avanço das estruturas a partir dos modelos convencionais hipotético-dedutivos, e revelam o papel central das instituições (e das estruturas) na conformação do ambiente econômico e social da economia política.

A relação entre os indivíduos e o seu conjunto - tomado genericamente ora como “estrutura”, ora como instituições - é alvo de profundas reflexões, sem haver, por conta

da própria natureza destas relações, consenso teórico, metodológico e conceitual, acerca da “natureza” dessa relação. O que se objetivará é procurar dar conta das diferenças entre o tratamento de tão intrincada, quanto complexa, questão nas duas abordagens referidas. Atualmente, esta discussão tem sido levada a termo no campo da “complexidade”, onde relevantes contribuições vêm se desenvolvendo (Prado, 2009, 2011; Lawson, 2006; Hodgson, 2004).

Para tanto, centraremos nossa atenção na contribuição de Hodgson (2004, 2007), que avança substancialmente nesta relação, porém na ótica evolucionária; e na interpretação de Karel Kosik (1976) acerca da relação indivíduo-estrutura ou sujeito-estrutura, a partir de Marx. A nosso ver tais perspectivas, apesar de pertencerem a âmbitos epistemológicos diferenciados, não são, a nosso ver, incompatíveis. Isto porque ambas tratam de uma dimensão da economia política, cujas estruturas importam e as relações sociais idem, formando uma relação de interação em sintonia com o processo histórico.

O presente texto será dividido em duas partes. Na primeira, faremos uma discussão da relação agente-estrutura em Hodgson, que propõe uma ontologia evolucionária webleniana. Para esta proposição, discutiremos as ideias deste autor a partir de seu livro *Institutions and Evolution* (2004) e de artigo publicado em 2007 *Institutions and Individuals: Interaction and Evolution*. Na segunda parte, será realizada, a partir de Marx, uma revisão analítica do livro de Kosik, que, ao apresentar as noções de complexidade, totalidade e dialética, pressupõe uma relação indivíduo-estrutura que não pode ser concebida (ou pensada) separadamente.

## **1. A RELAÇÃO INDIVÍDUO-ESTRUTURA NA INTERPRETAÇÃO DO INSTITUCIONALISMO DE WEBLEN**

Como se afirmou, um dos conceitos mais importantes em economia institucional é a relação entre os indivíduos (a parte) e o todo, conformado pelo ambiente composto de instituições. Este nexos sempre foi controverso e é percebido de distintas formas, às vezes ofuscando deliberadamente a relação indivíduos e instituições – talvez por julgarem esta relação óbvia, genérica e até irrelevante -, outras vezes tentando explorá-la, mas de forma insuficiente, devido à inexistência de um *approach* teórico capaz de lhe dar sustentação.

Dado que a relação entre indivíduo (agência humana) e estrutura está no cerne da própria noção de economia política, ela se constitui também em ponto central na abordagem institucionalista contemporânea. Tal relação que explica a origem, o funcionamento e a dinâmica institucional.

Para Hodgson (2004, p. 13) o que distingue o “agente humano” das demais espécies é a capacidade de refletir e deliberar a partir de contextos, opções, propósitos e resultados possíveis de sua ação. Assinala que: “*Karl Marx (1976, p. 284) wrote in Capital: ‘what distinguishes the worst architect from the best of bees is that the architect builds the cell in his mind before he constructs it in wax’.*” (Hodgson, 2004, p. 13). Disto se depreende que, para que a deliberação se concretize, noções derivadas da ação coletiva devem ser incorporadas. Assim, simultaneamente ao conceito de agente, o conceito de estrutura é central para se viabilizar qualquer ação no âmbito das ciências sociais<sup>1</sup>.

A ideia de que a sociedade é mais que o coletivo de indivíduos tem uma longa trajetória no campo das ciências sociais. Desde os primórdios do Iluminismo europeu, no final do século XVII e atravessando o século XVIII, as concepções atomistas, segundo as quais a sociedade seria meramente a soma dos seus membros a ela subordinados, começaram a ser questionadas. Antes disso, o indivíduo era visto como sendo parte ou subordinado a uma entidade maior ou ao todo. Quando a moderna economia tem início, o fisiocrata francês François Quesnay utilizou a metáfora da circulação sanguínea na estrutura do corpo econômico. Adam Smith ao se referir à “mão invisível” também sugeria que o sistema socioeconômico possuía propriedades adicionais que não eram redutíveis aos esforços das mentes individuais e das mãos visíveis dos mesmos. A moderna ciência social, desenvolvida no século XIX, fortaleceu-se e evoluiu a partir da ideia de “estrutura social”. A proeminência do pensamento de Marx é exemplo disso, que utilizou a metáfora de infraestrutura e superestrutura.

---

<sup>1</sup> A “estrutura social” é definida por Hodgson (2004, p. 13) como: “... *a set of significant relations between individuals that can lead to causal interactions. Social structures can involve rules, norms, meanings, communication and much else. These relations can be acknowledged or unacknowledged by the individuals involved. Furthermore, social structures can survive the demise of particular individuals that once related to them. Accordingly, the study of human social systems is more than the study of human individuals, because society embodies relations and properties in addition to those of individuals themselves. Although structures frame and condition behaviours they are neither reducible nor ontologically equivalent to them.*”

A ideia de estrutura social também é desenvolvida na Escola Histórica Alemã, onde aparece a velha ideia de sociedade enquanto um organismo que conota a existência de uma “estrutura social” acima dos indivíduos que a constituem. Também na biologia a metáfora da estrutura apareceu, tal qual a fisiologia de um organismo. Herbert Spencer incorporou o conceito de estrutura social, descrevendo a sociedade como um organismo, onde *‘the character of the aggregate is determined by the characters of the units’* (Spencer, 1881, pp. 48–9, *apud* Hodgson, 2004, p. 13). Nesse sentido, a estrutura social emerge como elemento substancial de cada indivíduo. Tal noção em Spencer não avança muito mais do que perceber a “estrutura” ou o “organismo social” como um agregado de atributos individuais.

Quem mais avançou no sentido de enfatizar que “a sociedade é mais do que a soma das partes” foi o sociólogo francês Émile Durkheim. Ele deduziu que os fatos sociais não seriam meramente redutíveis aos indivíduos ou sua psicologia. Também Max Weber tratou do conceito de “estrutura social”, mas não o incorporou de maneira tão substancial quanto o fizeram Marx ou Durkheim.

Embora o termo “estrutura social” seja bastante comum entre os marxistas e modernos sociólogos, não é “universal” no campo das ciências sociais como um todo. A ideia de estrutura ganhou atenção através do marxismo, que, ao longo do século XX, se notabilizou em duas escolas. De um lado através da Escola de Frankfurt, fundada por Max Horkheimer, Theodor W. Adorno, Herbert Marcuse, Erich Fromm, Otto Kirchheimer e outros. E de outro da Escola do Estruturalismo Francês, fundada por Claude Lévi-Strauss, Louis Althusser, Ferdinand de Saussure, Émile Benveniste, Jacques Lacan, Michel Foucault, Jacques Derrida e Louis Althusser dentre outros.

Apesar da complexidade destas contribuições, cuja discussão foge dos propósitos desse texto, centraremos a análise na proposição elaborada por Hodgson (2004), que subdivide a relação indivíduo-estrutura em quatro grupos ou enfoques.

O primeiro grupo de autores inclui os que afirmam que os indivíduos são os últimos e definitivos elementos explanatórios ou ontológicos das estruturas, constituindo o designado “individualismo metodológico” (IM). O segundo grupo reverte a fusão anterior, enfatizando que são as estruturas as últimas e definitivas unidades exploratórias, constituindo o “coletivismo metodológico” (CM). Um terceiro grupo funde essas duas visões (*central conflation*) gerando o conceito de “estruturção”, que incorpora tanto estruturas quanto agentes. Um quarto grupo divide com a teoria da estruturção a ideia de que agente e estrutura constituem-se mutuamente, mas, em

contraste com a teoria da estruturação, desassocia agente de estrutura, insistindo em suas diferenças. Entretanto, este grupo dá importância limitada às interações causais, o que não impede que se trate de uma abordagem mais sofisticada que as três anteriores.

A contribuição de Hodgson (2004) revela que a economia institucional, construída sob ideias de Darwin e de Thorstein Veblen, sustenta uma quinta posição. Seria uma abordagem tanto de não-fusão entre indivíduo-estrutura, quanto interativa “casualmente”, cujo sentido mais amplo é explicado ao longo do livro. Tal perspectiva insere-se em uma estrutura evolucionária. Vejamos cada uma delas isoladamente.

### 1.1. A PERSPECTIVA DO INDIVIDUALISMO METODOLÓGICO

Há uma longa tradição em teoria social de tentar explicar as estruturas, instituições e outros fenômenos coletivos, a partir de indivíduos envolvidos em tais fenômenos. Não só o *mainstream* pensa e age teoricamente desta forma, mas várias outras escolas de tradição sociológica assim o procedem. Alguns teóricos de formação sociológica assumem o individualismo metodológico (IM)<sup>2</sup> como prática científica, sem nem mesmo defini-lo. A própria substância e validade do termo é bastante contestada e não há concordância quanto a seu real significado. Em termos genéricos, o individualismo metodológico enfatiza o agente humano acima das estruturas sociais. Entretanto, poucos cientistas sociais negam o papel das intenções dos indivíduos na explicação dos fenômenos sociais.

Hodgson (2007b) e Denis (2015) afirmam que quem primeiro cunhou o termo IM foi Schumpeter, embora não o empregasse no sentido de que todas as explicações sociais devessem ser feitas (necessária e exclusivamente) em termos de indivíduos. Invés disso argumentou que o papel da economia seria partir dos indivíduos racionais

---

<sup>2</sup> Hodgson (2004, p. 16) separa os autores segundo adesão ou crítica ao IM da seguinte forma: “*Claimed supporters of some version of methodological individualism include Popper (1945, 1960), Hayek (1943, 1948, 1952b), von Mises (1949), Arrow (1968, 1994), Ghiselin (1974), Boudon (1981), Elster (1982), Coleman (1990), Furubotn and Richter (1997) and Schlicht (1998). Critics include Lukes (1973), Giddens (1984), Hodgson (1988), Bhaskar (1989), Douglas (1990), Kontopoulos (1993), Archer (1995), T. Lawson (1997, 2003b), Storper and Salais (1997), Bunge (1998) and Udéhn (2001). In apparently conciliatory statements, Sober (1981) and Kincaid (1997, 1998a) argue that the validity or invalidity of methodological individualism is ultimately an empirical issue. If that is the case, then the evidence is against the narrow version. No significant explanation of social phenomena in terms of individuals alone has yet been advanced. In practice there is always a social and relational residual that is not reduced entirely to individual terms.*”

dados. Entretanto, tal restrição não orientou sua linha de raciocínio, que se afastou desta linha tradicional e se ocupou de outros pontos não contemplados pela tradição ortodoxa, como a noção de inovação, empresário inovador, tecnologia, etc.

A confusão sobre o significado de IM origina-se a partir da presunção se o mesmo significa: considerar os indivíduos isoladamente; ou considerá-los individualmente, mas incluindo suas interações com outros indivíduos ou com a “estrutura social”. Se a opção for essa última haverá pouca discordância em designar-se o referido termo, invés de IM, como “estruturalismo metodológico”. Nesse caso, se as “estruturas sociais” ou as “interações entre indivíduos” são partes essenciais da formulação teórica, não havendo muito sentido em dar aos indivíduos a exclusiva atribuição designada pelo rótulo “individualismo”.

O IM propõe que as estruturas sociais, as instituições e os demais fenômenos coletivos deveriam ser explicados através dos indivíduos envolvidos. Por exemplo, para a Escola Austríaca, são insatisfatórias quaisquer explicações dos fenômenos sociais se não se considerar fundamentalmente os indivíduos humanos. Portanto, embora poucos cientistas sociais neguem o papel dos indivíduos nos fenômenos sociais, Jon Elster (1982, p. 453, *apud* Hodgson, 2007a, p. 97) define IM como a doutrina na qual todos os fenômenos sociais, sua estrutura e sua mudança são, em princípio, explicáveis somente em termos de indivíduos, suas propriedades, metas e crenças. Tal definição é insuficiente por não deixar claro se as interações entre os indivíduos ou as estruturas sociais são “propriedades” dos indivíduos ou não. Se não o são, tal definição é inoperável e sem sentido, pelas razões expostas no seu próprio conceito. Se são propriedades dos indivíduos, a afirmativa de Elster é aceitável, mas abre outra importante discussão. Qual seja: se o individualismo incorpora as “propriedades dos indivíduos”, então também inclui as estruturas.

No limite, se for aceita a proposição inicial de se considerar os indivíduos isoladamente não haverá qualquer possibilidade de sua aceitação no mundo real. Da mesma forma, a segunda versão não se constitui em algo equivocado, mas o termo “individualismo metodológico” não é também aceitável.

Com relação ao primeiro caso é importante referir que, embora a escola neoclássica justifique tal “redução”, o economista Kenneth Arrow enfatiza o oposto: até o

mecanismo de preços envolve interações sociais e estruturais, pois os fenômenos sociais não podem ser redutíveis apenas aos indivíduos<sup>3</sup>.

Além disso, todas as versões de teorias do contrato social envolvem a comunicação de indivíduos entre si ou a adoção de hipóteses de interações entre os mesmos, bem como linguagem, sistema de regras, contratos, etc. Portanto, tanto a teoria dos contratos, quanto a do equilíbrio geral presumem relações estruturadas entre indivíduos, ao invés de indivíduos tomados isoladamente.

A escolha individual requer uma estrutura conceitual onde a recepção da informação, a estrutura cognitiva e a forma de processamento de informações façam sentido e se articulem. Portanto, a forma de compreender o mundo requer a incorporação das relações sociais e interações. Daí que a cognição é um processo tanto social quanto individual: a escolha individual é impossível sem instituições e interações.

A restrita visão do IM tem um problema de regressão infinita, uma vez que a cada tentativa de explicar dado nível emergente de instituições, sempre há o apoio em instituições e regras previamente existentes, o que exige nova rodada de explicações, e assim por diante. De novo, este argumento leva a crer que tentativas de partir isoladamente de indivíduos devem originar-se da relação “indivíduos mais estruturas sociais”, que, como veremos, estão umbilicalmente vinculadas às “instituições”.

Hodgson nesse item é pouco conclusivo levando a concluir que se toda abordagem estrutural inclui o IM, então o mesmo carece de sentido. Consideramos exagerada tal proposição, pois várias abordagens associadas ao IM negligenciam tanto as estruturas, quanto as instituições.

## 1.2. A PERSPECTIVA DO COLETIVISMO METODOLÓGICO

Como qualquer análise econômica deve partir de estruturas e indivíduos tomados conjuntamente, também as versões de “coletivismo metodológico” e “holismo” devem vistas com cuidado crítico. Explicações baseadas exclusivamente em termos de estruturas, culturas ou instituições são insuficientes e inadequadas por omitirem o agente individual (*individual agency*). Assim, as estruturas só podem ser pensadas com

---

<sup>3</sup> Arrow (1994, p. 4–5, *apud* Hodgson, 2007a, p. 97) afirma que: “... *economic theories require social elements as well even under the strictest acceptance of standard economic assumptions ... individual behavior is always mediated by social relations. These are as much part of the description of reality as is individual behavior*”.

a inclusão dos indivíduos. Entretanto tal perspectiva é bem diferente da perspectiva de “totalidade concreta” de Kosik, cujas estruturas “estão” nos indivíduos.

Hodgson argumenta que as definições de coletivismo metodológico (CM) são tão problemáticas como as do IM, cujos principais autores estão presentes no marxismo, na sociologia de Émile Durkheim e na sociologia funcionalista e estruturalista.

Mesmo reconhecendo a importância do papel dos indivíduos na obra de Marx, há passagens que sugerem que ideias e vontades sejam vistas como expressões de relações materiais da estrutura social<sup>4</sup>. Há outros exemplos enumerados neste sentido, segundo a lógica de que “as ações dos capitalistas não são nada mais que manifestações das estruturas capitalistas”. O problema é que explicações da “agência individual” parecem ter sido fundidas nas relações materiais e das “estruturas sociais”, sem o reconhecimento da diversidade individual, variações culturais ou possibilidades discricionárias. Embora haja várias interpretações de suas passagens, Marx não revelou qualquer proteção contra o coletivismo metodológico.

Com relação à Durkheim, a partir de seus escritos de 1897, tem-se que:

*“We believe it is a fruitful idea that social life must be explained not by the conception of it formed by those who participate in it, but by the profound causes which escape their consciousness. We also think that these causes must be sought mainly in the way in which individuals associating together are formed in groups.” (Durkheim 1982: 171 apud Hodgson, 2007a, p. 98)*

O ponto em aberto nesta afirmativa é que não há explicações sobre a forma como as associações de indivíduos explicam os fenômenos sociais. Falta em Durkheim, assim como também no marxismo, o desenvolvimento de uma micro-teoria sobre como as estruturas sociais afetam e são afetados pelos propósitos, disposições e ações dos indivíduos. Este ponto, que será retomado na crítica de Kosik, fragmenta “teorias”, de forma tal que a compreensão do “todo” se dá pela fusão com “teorias” sobre a parte.

A consequência da negligência da psicologia dos indivíduos no comportamento da sociedade gerou um grande dano às ciências sociais. Faltou a ambos os autores levar em conta como as pré-disposições dos indivíduos são moldadas, o que deveria incluir necessariamente ‘mecanismos psicológicos’. A ausência de tais pontos levou-os a dar

---

<sup>4</sup> Como exemplo, Hodgson vale-se de referências extraídas da Ideologia Alemã, onde Marx e Engels citam que: *“The ruling ideas are nothing more than the ideal expressions of the dominant material relations”* (Marx and Engels, 1976, p. 59, apud Hodgson, 2007a, p. 98).

total ênfase nas restrições sociais, omitindo qualquer tentativa de reconstituir adicionalmente os indivíduos por si mesmos. O que restou desta omissão é que as explicações nos remetem para as estruturas tomadas isoladamente, designada de coletivismo metodológico.

Muitos teóricos sociais criticam o coletivismo metodológico por tornar o indivíduo mero “marionete” das forças sociais. Além disso, dá pouca atenção aos mecanismos e processos nos quais os indivíduos têm seus comportamentos alterados. Daí a fusão dos indivíduos com as estruturas (*conflation*), que faz com que se perca de vista não simplesmente os indivíduos, mas também os mecanismos de poder social e a influência que os mesmos podem ter para ajudar a reconstituir os propósitos e preferências dos indivíduos. Hodgson (2007, p. 100) conclui: “... *it may appear paradoxical, but only by rescuing the individual from its conflation into the social can the social determination of individuality be fully appreciated*”. Parte da solução desta questão é trazer de volta a psicologia para o campo da teoria social, que, aliás, manteve-a ausente em praticamente todo o seu desenvolvimento. Por esta razão, para ele, tanto Marx, quanto Durkheim, não avançam no sentido de tratar analiticamente os indivíduos.

A influência do pensamento neoclássico, no início do século XX, fortaleceu o abandono da psicologia. A economia passou cada vez mais a ser vista como a “ciência da escolha”, e os indivíduos e suas preferências passaram a ser “dados”, e a psicologia perde definitivamente importância no papel das referidas escolhas<sup>5</sup>. Após esta longa batalha do método, no século XX, tanto o IM quanto o CM têm mais pontos em comum do que é normalmente reconhecido. O IM fundiu o social no indivíduo, abrindo mão de influências de mecanismos sociais sobre propósitos e preferências dos indivíduos – já que estes mecanismos foram considerados dados. O CM fundiu o indivíduo na sociedade e omitiu-se de explicar como propósitos e preferências dos indivíduos possam ser alterados e influenciar o todo. Assim, conclui que:

*The explanatory moves are different but the results are similar in some vital respects: there is no adequate explanation of how social institutions may reconstitute individual purposes and preferences. Typically, both approaches disregard the value and role of psychology in the explanation of social*

---

<sup>5</sup> Segundo Hodgson (2007, p. 103): “*After their common rejection of psychological and other underpinnings, economics and sociology went their separate ways. Proclamations of methodological individualism were more prominent in economics, and of methodological collectivism in sociology. The social sciences faced an apparent dilemma between an Adam Smith-like and incentive-driven view of action, on the one hand, and a Durkheim-like and norm-propelled view, on the other.*”

*phenomena. Both methodologies end up with a diminished concept of social power, and an analytical overemphasis on overt coercion and constraint, rather than more subtle mechanisms of social influence.* (Hodgson, 2007, p. 103).

A conclusão que Hodgson nos sugere é a necessidade de se buscar novas frentes de integração parte-todo. Consideramos, entretanto que, na ótica proposta, Marx está sendo “reduzido” a uma dimensão metodológica fragmentada, quando, ao contrário, sua concepção filosófica propõe uma dimensão totalizante da referida relação. Isto será discutido na seção 2.

### **1.3. A PERSPECTIVA DA TEORIA DA ESTRUTURAÇÃO (FUSÃO INDIVÍDUO-ESTRUTURA)**

A teoria de estruturação de Anthony Giddens é uma tentativa de construir uma alternativa entre o individualismo e o coletivismo metodológico. A relação agente-estrutura constitui uma “dualidade”, onde tanto os assuntos de natureza humana, quanto as instituições sociais são constituídas conjuntamente, através de práticas recorrentes, não havendo qualquer prioridade ontológica ou analítica de um sobre o outro: estrutura e agente são mutuamente e simetricamente constitutivos um do outro.

Giddens (1982: 35, *op.cit.*, p. 102) define estrutura como ‘*recursively organized rules and resources*’. Já o agente é visto tanto de forma “livre”, quanto restringido, uma vez que os seres humanos são reflexos - e reações - ante suas circunstâncias, uma vez que são condicionados por elas. Assim, agente e estrutura são vistos como diferentes aspectos do mesmo problema ou faces de uma mesma unidade.

Em ontologias estratificadas, o que separa uma camada da outra é a existência de “propriedades emergentes” no nível superior, ou seja, unidades em nível mais alto não são meros epifenômenos (fenômenos derivados, secundários) das unidades de nível mais baixo. Diz-se que uma propriedade é “emergente” se sua natureza e existência dependem de entidades de um nível mais baixo, mas suas propriedades não são nem redutíveis, nem previsíveis, a partir destes níveis mais baixos.

Seguindo Hodgson, Giddens não tem uma ontologia em camadas (ou estratificada), nem faz uso da noção de propriedades emergentes. Para ele, as entidades não surgem do nada para formar novas entidades através da fusão ou associação. Sua rejeição à noção de propriedades emergentes revela não apenas a não aceitação de que níveis mais altos

de análises sociais tenham suas próprias propriedades (emergentes), mas também negligencia o mundo natural e físico como substrato essencial e contextual da atividade humana.

A teoria da estruturação de Giddens aceita o argumento segundo o qual “... *a single level of reality, with nothing (social or otherwise) ‘above’ it, and nothing (natural or otherwise) ‘below’*” (*op. cit.*, p. 102). Tal proposição tem por consequência, de um lado, explicitar ou “desnudar” o conceito de “estrutura social” e, de outro lado, negligenciar o que o autor chama de “... *natural and biological substratum of all human activity*” (*op. cit.*, p. 102), o que afasta Giddens de proposições evolucionárias. A teoria da estruturação tem um plano particular de análise que consiste no princípio segundo o qual a existência de “estrutura” decorre diretamente da realização de “práticas sociais” e traços de memória, que orientam a conduta reconhecida dos agentes humanos.

Portanto, um agente carrega as “propriedades estruturais” em sua memória, que pode ser transmitida através da prática de um agente a outro, sugerindo que se a estrutura tem um *locus* de existência, ele está na cabeça dos agentes ou atores sociais. Portanto, a “estrutura” na teoria de Giddens é “interna” aos atores. E isto o aproxima da noção desenvolvida por Kosik na primeira parte do texto, embora a ideia de estratificação seja rejeitada por Kosik.

Para Hodgson, o problema com a ideia de que a estrutura social é totalmente interna e mental é que ela subestima o fato que a estrutura consiste não meramente de pessoas ou coisas, mas também das relações interativas entre as pessoas, em um contexto social e material. Ou seja, os indivíduos podem se confrontar com estas estruturas, mesmo que não tenham memórias, ideias ou hábitos. Giddens tenta explicar a persistência das estruturas sociais através da centralidade e persistência das práticas “rotinizadas”, que forneceriam uma espécie de “chave-mestra”. E de onde viriam as rotinas? Para Giddens, elas viriam de uma espécie de garantia ou segurança ontológica (*ontological security*), oriunda da ansiedade ou ânsia em controlar mecanismos, que, por sua vez, são adquiridas pelos indivíduos como resultado de *‘predictable and caring routines established by parental figures’* (*idem*, p. 104).

Este argumento é criticado por Hodgson por ser muito funcionalista, ou seja, explica a replicação de rotinas por meio de suas funções. A persistência das rotinas é vista como busca de “segurança ontológica”, a qual por sua vez resulta da persistência de rotinas parentais. Porém, nenhuma explicação é dada sobre a persistência das mesmas, a não ser o fato de que são transmitidas de geração em geração. Hodgson não

considera tal explicação satisfatória, nem adequada, invalidando a argumentação de Giddens sobre a noção de “garantia ou segurança ontológica”.

Algo similar é também encontrado na economia evolucionária de Nelson & Winter, embora Giddens rejeite as noções evolucionárias. Roy Bhaskar (1989) e Margaret Archer (1995) criticam Giddens na medida em que, para eles, os agentes humanos e as estruturas não são aspectos diferentes da mesma coisa ou processos, mas “diferentes entidades”. Embora as estruturas dependam dos indivíduos, ambos são diferentes e distintos, já que para qualquer ator individual, a estrutura social “sempre existiu”, independente de seu engajamento no mundo. Para Bhaskar (1989, p. 36 *apud* Hodgson, 2004), as pessoas não criam a sociedade, razão pela qual os indivíduos são precedidos pelas estruturas sociais, dentro do meio em que nascem. Archer (1995: 72 *apud* Hodgson, 2004) critica Giddens no sentido de que a fusão (*central conflation*) entre estrutura e agência “junta” processos que operam juntos em níveis particulares. Essa é a principal crítica direcionada à perspectiva analítica do RC.

#### 1.4. A PERSPECTIVA DO REALISMO CRÍTICO

Embora a abordagem de Archer-Bhaskar, com seu realismo crítico (RC), constitua importante avanço, apresenta alguns problemas. Mesmo considerando a “mudança estrutural” como elemento importante de análise, não leva em conta como os indivíduos mudam e reagem às mudanças. Há preocupação em analisar como as estruturas evoluem, mas faltam explicações acerca da mudança nos indivíduos, embora a agência individual seja corretamente analisada. Para Bhaskar e os demais realistas críticos o comportamento intencional do homem é causado por algumas razões, que, apesar de serem qualificadas de “intencionais”, não há, no realismo crítico, qualquer explicação das “causas” destas razões ou crenças, de modo que seu argumento fica vago e incompleto.

Bhaskar endossa o determinismo onipresente (*ubiquity determinism*) que significa que “todo evento é causado”. Porém o RC falha ao aplicar este princípio universal às razões ou crenças dos indivíduos, porque, mesmo reconhecendo que as crenças são partes da realidade social, não dá conta das causas ou crenças culturais, psicológicas e sociais. Não há explicações de como os indivíduos adquirem e/ou mudam suas crenças e preferências.

Há em Bhaskar e Archer um caso de *non-conflation but incomplete explanation*, uma vez que inexitem explicações sobre a origem das razões e crenças. Tal omissão não aparece apenas no RC, muitas outras abordagens incorrem no mesmo defeito.

Hodgson reitera que há também tentação no sentido oposto, onde se trata as preferências ou propósitos dos indivíduos como os fatores últimos a explicar o todo estrutural. Salienta que sem uma análise de como as preferências, propósitos ou crenças são causadas, há a tentação em se reverter a explicação entre extremos como os indivíduos ou sobre a estrutura. Ao tomar o indivíduo dado como a unidade de análise fundamental, muitos economistas rejeitam a ideia de explicar como se dão e se formam as preferências dos mesmos. Quem assim o procede é Friedrich Hayek (1948: 67, apud Hodgson, 2004, p. 105), pois ao afirmar que: *‘If conscious action can be “explained”, this is a task for psychology but not for economics ... or any other social science’*, varre para debaixo do tapete um dos principais problemas das ciências sociais.

Da mesma forma, o coletivismo metodológico tenta explicar o comportamento dos indivíduos exclusivamente em termos de estrutura social (que aqui passa a ser entendida como o ‘todo’), o que igualmente falha ao omitir aspectos fundamentais do comportamento humano. Ao negligenciar tais aspectos, atribui tais explicações a “aspectos culturais e institucionais”, sem qualquer menção à forma como as estruturas sociais reagem às motivações individuais.

Outros se referem à psicologia *behaviourista*, julgando que os mecanismos de estímulo e reação fornecerão as respostas adequadas. Entretanto, o *behaviourismo* falha na explicação de aspectos cognitivos e deliberativos, atribuindo às crenças o papel de parte representante da realidade social. Neste sentido, argumenta Hodgson (2004, p. 106), que “... *[i]t makes the agent a puppet of its social environment*”. Assim, conclui:

*“In contrast, with a causal and psychological explanation of how structures can affect or mould individual purposes or preferences, then the role of the individual can be placed alongside that of structure and becomes part of a fuller, twoway explanation. The spiral of causation from structure to individual, and from individual to structure, does not deny individuality; but it places the individual in his or her proper place within the ongoing process of social transformation.”*

## 1.5. A PERSPECTIVA DO INSTITUCIONALISMO

Os recentes desenvolvimentos na teoria social de estrutura e agência adicionam o conceito de hábito, que aglutina ambos. Tal noção origina-se do pragmatismo e da economia institucional vebleniana. Os processos de “habituação” proporcionam o mecanismo de “*reconstitutive downward causation*” (RDC), onde as circunstâncias institucionais afetam as preferências individuais. E isto se relaciona com a abordagem evolucionária, como se verá.

Este é o sentido em que estrutura social e agência individual sempre interagem, tornando, de um lado, as instituições resultantes dos hábitos, crenças, padrões de comportamento dos indivíduos, e, que, ao mesmo tempo, repercutem, reforçando ou não, sobre tais padrões que formam os referidos hábitos e padrões de comportamento. A ação individual materializa-se da base para o topo e a ação coletiva materializa-se do topo para a base, através das instituições. Esta é a razão que levou o pensamento institucionalista, herdeiro da tradição de Veblen, a questionar tanto o individualismo metodológico, quanto o coletivismo metodológico. Nem um, nem outro são suficientes, mas sim a ação conjunta e simultânea dos dois.

Partindo da filosofia e psicologia pragmatista e da economia institucional de Thorstein Veblen, restaura-se a noção de “hábito” como mecanismo central para explicar as ações e crenças individuais. Tal incorporação analítica traz novos elementos à compreensão da relação agência-estrutura.

Antes de se desenvolver esta linha de argumentação é necessário estabelecer algumas definições<sup>6</sup>. Assim, pode-se entender “organizações” como um subconjunto do conjunto de instituições, e instituições como um subconjunto de um conjunto de “estruturas sociais”. Como exemplo de uma estrutura social que não é uma instituição tem-se a estrutura demográfica (Archer, 1995, *apud* Hodgson, 2007a). Devido ao seu estabelecimento e sua natureza relativamente durável, as instituições são as estruturas

---

<sup>6</sup> Hodgson (2007a, p. 96) define e distingue estruturas sociais, instituições, convenções e organizações da seguinte forma: “*Social structures include all sets of social relations, including the episodic and those without rules, as well as social institutions. Institutions are systems of established and embedded social rules that structure social interactions. Rules in this context are understood as socially transmitted and customary normative injunctions or immanently normative dispositions that in circumstances X do Y. Conventions are particular instances of institutional rules. Organizations are special institutions that involve (a) criteria to establish their boundaries and to distinguish their members from non-members, (b) principles of sovereignty concerning who is in charge and (c) chains of command delineating responsibilities within the organization.*”

sociais mais gerais e relevantes para a presente discussão. A linguagem é um exemplo de instituição que não é uma organização.

É necessário se construir um instrumental teórico dentro do qual as mudanças, tanto dos indivíduos quanto das estruturas, possam ser explicadas à luz da complexidade a elas inerente. Ele deve incluir explicações das possíveis interações causais e a reconstituição simultânea de ambos, isto é, tanto dos indivíduos para a estrutura, quanto desta para os indivíduos. Isto explicaria a evolução dos propósitos e crenças dos indivíduos, bem como explicações acerca da evolução das estruturas. Como as preferências e propósitos são formados endogenamente, a co-evolução de ambos deve ser explicada, sem fundir (*conflating*) um com o outro.

É disseminada a aceitação de que as instituições dependem, para sua existência, dos indivíduos e que também é possível para os mesmos mudar as instituições. A esta relação designa-se de mecanismo de *upward causation* (causação para cima). Da mesma forma, mas em sentido contrário, as instituições, ao estruturarem, restringirem e capacitarem os comportamentos individuais, têm, por sua vez, o poder de moldar as disposições e comportamentos dos agentes de forma fundamental. Elas podem modificar as aspirações, ao invés de apenas restringi-las (este ponto estabelece uma importante contraposição à NEI, para a qual as instituições são regras formais e informais que restringem o comportamento dos indivíduos). A característica fundamental que diferencia este mecanismo comportamental em relação à NEI é o papel transformador dos “hábitos”. Assim: “*Institutions are social structures that can involve reconstitutive downward causation, acting to some degree upon individual habits of thought and action*” (March and Olsen 1989 *apud* Hodgson, 2007a, p. 107).

O referido mecanismo de RDC não significa que as instituições determinam diretamente as aspirações individuais, mas que elas levam a “regularidades de comportamento”, disseminando “hábitos” entre a população, os quais, por sua vez, induzirão a crenças e propósitos daí decorrentes. Assim como as instituições dependem das atividades dos indivíduos elas também as restringem e as moldam, através de um *positive feedback* com características de *self-reinforcing* e *self-perpetuating*. A idéia de auto-perpetuação se manifesta porque as aspirações dos indivíduos são moldadas pelas instituições e criam, em suas mentes, as convenções. Assim, as instituições não atuam de forma separada ou isolada do grupo de indivíduos, mas dependem da existência dos mesmos, que estabelecem “interações estruturadas” entre si, conformando a estrutura

física e material da sociedade. É por esta razão que as noções de indivíduos, instituições e estrutura estão umbilicalmente vinculadas.

## 2. A CONTRIBUIÇÃO DE KOSIK E O MÉTODO EM ECONOMIA POLÍTICA NOS *GRUNDRISSE*

Marx (2011, [1857/58]), nos *Grundrisse*, ao discorrer sobre o método em Economia Política, comenta que qualquer análise político-econômica poderia escolher como ponto de partida a população, a divisão em classes, a cidade, o campo e os diferentes ramos de produção, exportação, importação, preços, etc. Tal análise, apesar de parecer “correta”, pois parte do real e do “concreto”, na realidade é falsa. Isto porque tais noções são abstrações, que, se esvaziadas da interação umas com as outras, carecem de sentido histórico (e teórico). Em suas palavras:

*“Por isso, se eu começasse pela população, esta seria uma representação caótica do todo e, por meio de uma determinação mais precisa, chegaria analiticamente a conceitos cada vez mais simples; do concreto representado [chegaria] a conceitos abstratos cada vez mais finos, até que tivesse chegado às determinações mais simples. Daí teria de dar início à viagem de retorno até que finalmente chegasse de novo à população, mas desta vez não como a representação caótica de um todo, mas como uma rica totalidade de muitas determinações e relações.”* (Marx, 2011 [1856/57], p. 54).

O método científico em Economia Política, para Marx, consistiria nesta totalidade, resultante de “relações determinantes, abstratas e gerais”, que explica os sistemas econômicos, que se elevam do simples (trabalho, divisão do trabalho, valor de troca) e alcançam níveis mais elevados (Estado, troca entre nações e mercado mundial). Por isto, em famosa passagem, enfatiza que este último nível é “(...) *manifestamente o método cientificamente correto. O concreto é concreto porque é a síntese de múltiplas determinações, portanto, unidade da diversidade.*” (Marx, 2011, p. 54).

Por essa razão, enfatiza que: “(...) *o concreto aparece no pensamento como processo da síntese, como resultado, não como ponto de partida, não obstante seja o ponto de partida efetivo e, em consequência, também o ponto de partida da intuição e da representação.*” (Marx, *op.cit.*, p. 54). Assim, divide a forma de pensamento em dois momentos: no primeiro, a representação plena se volatiliza em uma reprodução abstrata; no segundo, as determinações abstratas levam à reprodução do concreto por meio do pensamento.

Criticando Hegel, afirma que ele se iluiu ao conceber o real como resultado do pensamento: “(...) que se sintetiza em si, aprofunda-se em si e movimenta-se a partir de si mesmo, enquanto o método de ascender do abstrato ao concreto é somente o modo de pensamento de apropriar-se do concreto, de reproduzi-lo como um concreto mental.” (*idem*, p. 54-55). Portanto:

“... a totalidade concreta, como totalidade de pensamento, como um concreto de pensamento, é ‘de fato’ um produto do pensar, do conceituar; mas de forma alguma é um produto do conceito que pensa fora e acima da intuição e da representação, e gera a si próprio, sendo antes produto da elaboração da intuição e da representação dos conceitos. O todo como um todo de pensamentos, tal como aparece na cabeça, é um produto da cabeça pensante que se apropria do mundo do único modo que lhe é possível, um modo que é diferente de sua apropriação artística, religiosa e prático-mental.” (Marx, 2011, p. 55)

Tomando-se a obra *Dialética do Concreto*, do filósofo tcheco-eslovaco Karel Kosik (1976), tem-se que a relação entre indivíduo e estrutura constitui uma unidade, uma identidade, uma interação indissociável, uma totalidade concreta. O indivíduo retém a estrutura na forma de suas ações, na concretude do mundo econômico. Antes de designarmos tal noção de “coletivismo metodológico”, consideramos tratar-se mais de uma dimensão epistemológica – a dialética do concreto -, que a mencionada noção não consegue captar. Por isto, consideramos insuficiente a proposição de Hodgson de inserir Marx dentro do “coletivismo metodológico”. A concepção do pensamento dialético em Marx não pode ser entendida sem as noções de totalidade, muito menos sem indivíduos e sem estruturas, visto que sua filosofia incorpora uma dimensão de complexidade, incapaz de ser apreendida no campo do mencionado ‘coletivismo metodológico’. Vamos por partes.

## 2.1. KOSIK E A REDEFINIÇÃO DA RELAÇÃO INDIVÍDUO-ESTRUTURA

Kosik discute a complexa relação entre Economia e Filosofia, que exige a destruição do conceito de pseudoconcreticidade, como elemento fundamental para o avanço na “totalidade concreta”, Partindo do princípio segundo o qual a complexidade dos fenômenos, em torno do ambiente cotidiano, cria a atmosfera da vida humana, afirma que tal ambiente penetra na mente dos indivíduos, assumindo um caráter “independente e natural”. A isto designa de “mundo da *pseudoconcreticidade*”. A ele pertencem: (a) o mundo dos fenômenos externos, que se desenvolvem na superfície dos

processos; (b) o mundo do tráfico e da manipulação, i.é, da *praxis* fetichizada dos homens (que não coincide com a práxis crítica revolucionária da humanidade); (c) o mundo das representações comuns, que são projeções dos fenômenos externos na consciência dos homens, produto da “práxis fetichizada”, formas ideológicas de seu movimento; e (d) o mundo dos objetos fixados, que dão a impressão de serem condições naturais e não são imediatamente reconhecíveis como resultados da atividade social dos homens (Kosik, 1976, p. 11). Tal sistematização revela uma semelhança entre mundo da aparência e mundo da essência. À pseudoconcreticidade pertence a aparência.

Esse mundo da pseudoconcreticidade é um “claro-escuro”, tem duplo-sentido, indica e esconde a essência. O fenômeno indica algo que não é ele mesmo; a essência é mediata ao fenômeno, ela se manifesta no fenômeno. O mundo fenomênico tem sua estrutura, “uma ordem própria” que pode ser revelada e descrita, mas esta “estrutura” ainda não capta a relação entre o mundo fenomênico e a essência. Por essa razão uma não pode ser reduzida a outra, como o estabelece a crítica ao IM ou ao CM. Para fazê-lo, isto é, para se captar o fenômeno de determinada coisa é necessário indagar e descrever como a coisa em si se manifesta naquele fenômeno, e como, ao mesmo tempo, nele se esconde: compreender o fenômeno é atingir a “essência”. Assim, a realidade é a unidade do fenômeno e da essência. O esforço para se desvendar a “estrutura” da coisa e a “coisa em si” constitui a tarefa precípua da filosofia (se a aparência fenomênica e a essência das coisas coincidissem diretamente, a ciência e a filosofia seriam inúteis). Assim, o conceito da coisa é a compreensão da mesma, e compreendê-la é conhecer-lhe a “estrutura”. A característica do conhecimento consiste na decomposição do todo.

A dialética é o pensamento crítico que se propõe a compreender a “coisa em si”, mas para isto é necessário “destruir” a pseudoconcreticidade: é o pensamento que ao destruir os esquemas abstratos da realidade e suas simples e abstratas representações atinge a “concreticidade”. Esse processo é ao mesmo tempo um processo em curso do qual sob o mundo da aparência se desvenda o mundo real; por trás da aparência externa do fenômeno se desvenda a lei do fenômeno; por trás do movimento visível, o movimento real interno; por trás do fenômeno, a essência.

O mundo real, oculto pela pseudoconcreticidade, apesar de nela se manifestar, não é o mundo das condições reais em oposição às condições irrealis, é o mundo da práxis humana, é a compreensão da realidade humano-social como “unidade” de produção e produto, de sujeito e objeto, de gênese e estrutura. O mundo real é um mundo em que as

coisas, as relações e os significados são “produtos” do homem social, e o próprio homem se revela como “sujeito real do mundo social”.

Neste sentido, e avançando no papel do indivíduo em tal processo, a destruição da pseudoconcreticidade se efetua de três maneiras como: a) crítica revolucionária da praxis da humanidade, que coincide com o “devenir” do homem, com o processo de “humanização do homem”, cujas revoluções são etapas-chave; b) pensamento dialético, que dissolve o mundo fetichizado da aparência para atingir a realidade; c) realizações da verdade e criação da realidade humana em um processo onto-genético, visto que para cada indivíduo o mundo da verdade é, ao mesmo tempo, uma criação própria, espiritual, como indivíduo social-histórico. Assim, para Kosik, “... cada indivíduo –  *pessoalmente e sem que ninguém possa substituí-lo* – tem de formar uma cultura e viver a sua vida” (Kosik, op. cit., p. 19; grifos do autor). Essa dimensão analítica permite afirmar que a estrutura “está” no indivíduo e não se constitui em algo externo a ele, como sugerem as análises institucionalistas apresentadas na sequência. Sob este enfoque fica difícil aceitar a proposição segundo a qual Marx adota o “coletivismo metodológico”. Sua análise envolve muito mais que isto, pois está no plano da complexidade.

## **2.2. SOBRE TOTALIDADE E ESTRUTURA: O QUE VEM PRIMEIRO?**

Para Kosik, não é possível compreender imediatamente a estrutura da coisa mediante a contemplação ou a mera reflexão, mas mediante determinada atividade (compreender é agir sobre a realidade). Assim, salienta que: “...  *para a filosofia e a ciência moderna, o conhecimento representa um dos modos de apropriação do mundo pelo homem*” (op. Cit., p. 23). Na apropriação prático-espiritual do mundo, a realidade é concebida como um “todo indivisível de entidades e significados”, donde somente através da abstração se “isolam” determinados aspectos que “... o naturalismo ingênuo e o positivismo consideram como as  *únicas* autênticas, como a única realidade, enquanto suprimem aquilo que resta como pura subjetividade” (ibidem, p. 24). Por conta disto ataca o positivismo afirmando que:

*A imagem fiscalista do positivismo empobreceu o mundo humano e no seu absoluto exclusivismo deformou a realidade: reduziu o mundo real a uma única dimensão e sob um único aspecto, à dimensão da extensão e das relações quantitativas. Além do mais cindiu-se o mundo humano ao erigir em realidade única o mundo do fiscalismo, o mundo dos valores reais idealizados, da extensão, da quantidade, da mensuração, das formas*

*geométricas, enquanto o mundo cotidiano do homem foi declarado uma ficção” (Kosik, 1976, p. 24; grifos do autor).*

A ‘teoria materialista do conhecimento’ capta o caráter “ambíguo” da consciência que escapa tanto do positivismo, quanto do idealismo: ela é, ao mesmo tempo, reflexo e projeção; receptiva e ativa. Ou seja, tal teoria do conhecimento é “reprodução espiritual da realidade”, evidenciando o caráter “ativo” do conhecimento em todos os seus níveis. O mais elementar conhecimento não deriva de qualquer “percepção passiva”, mas de “atividade perceptiva” (portanto, de ação). Assim, toda teoria do conhecimento “(...) se apoia sobre determinada teoria da realidade e pressupõe uma determinada concepção da realidade” (op. Cit, p. 27). Decorre daí que a “teoria materialista do conhecimento”, enquanto reprodução intelectual da realidade, deriva de uma concepção da realidade diferente daquela de onde advém o método da “redução”. A redução pressupõe uma substância rígida, elementos imutáveis e não derivados, nos quais se desdobram a variedade e a mutabilidade dos fenômenos, donde se tem que o fenômeno é explicado se é reduzido à sua essência, à lei geral, ao princípio abstrato.

Portanto, por trás das concepções “reducionistas”, surge o método do “nada mais que”<sup>7</sup>. A prática reducionista reduz o “novo” ao “velho”, uma vez que a obstinação da mensuração do fator econômico, como suporte da pseudoconcreticidade, o apresenta como algo externo, que se anexa, em um segundo tempo, à realidade material.

Em outros termos, compreender a “realidade” significa percorrer o caminho entre a “caótica representação do todo” (que integra o mundo incompreendido) e a “rica totalidade da multiplicidade das determinações e das relações” (ibidem, p. 30). O todo não é imediatamente cognoscível para o homem, mas é acessível ao homem enquanto todo caótico e obscuro. Para torná-lo claro e explícito é necessário fazê-lo compreender através da mediação do abstrato; o todo através da mediação da parte. Nesta importante passagem, a autor salienta que:

*“ o método da ascensão do abstrato ao concreto é o método do pensamento; (...) é um movimento para o qual todo início é abstrato e cuja dialética consiste na superação desta abstração; (...) é, em geral, movimento da parte para o todo e do todo para a parte; do fenômeno*

---

<sup>7</sup> Segundo o Kosik (p. 28): “ (...) toda riqueza do mundo não é nada mais que substância imutável ou então dinamizada. Esta também é a razão pela qual o reducionismo não pode explicar racionalmente uma evolução *nova*, de natureza qualitativa: tudo aquilo que é novo pode ser reduzido a condições e hipóteses; o novo não é “nada mais que” o velho.”

*para a essência e da essência para o fenômeno; da totalidade para a contradição e da contradição para a totalidade; do objeto para o sujeito e do sujeito para o objeto. (...) O processo do pensamento não se limita a transformar o todo caótico das representações no todo transparente dos conceitos; no curso do processo o próprio todo é concomitantemente delineado, determinado e compreendido.” (op. cit, p. 30).*

O conceito de “Totalidade Concreta” compreende a “*realidade nas suas íntimas leis e revela, sob a superfície e a causalidade dos fenômenos, as conexões internas, necessárias, coloca-se em antítese à posição do empirismo, que considera as manifestações fenomênicas e casuais, não chegando a atingir a compreensão dos processos evolutivos da realidade*” (op. Cit., p. 33). O autor revela aí sua inconformidade com as noções de causalidade, por sua superficialidade, e empiricismo, como antítese da totalidade, mas, ao mesmo tempo reitera a importância da ideia de evolução.

A nova noção de totalidade que afirma ter sido criada nos últimos decênios (em relação aos anos 70) foi “reduzida” a uma mera exigência metodológica e a nova regra também metodológica de investigação da realidade. Explicando melhor, a degeneração do referido conceito resultava em duas banalidades, que teriam sido superadas. São elas: “tudo está em conexão com tudo” e “o todo é mais que as partes”. Daí a noção de realidade. Ela é, em primeiro lugar, a totalidade concreta (na filosofia materialista), e, em segundo lugar, ela é um princípio epistemológico e uma exigência metodológica.

### **1.3. NEM COLETIVISMO METODOLÓGICO, NEM CONFLATION, MAS TOTALIDADE**

Face à complexidade das concepções de Kosik, é “reducionista” designar-se a abordagem de Marx como coletivismo metodológico ou como *conflation* – fusão entre indivíduo e estrutura -, embora esta última noção esteja mais próxima de seu pensamento.

Uma justificativa desta argumentação é que durante o predomínio das correntes idealistas, ao longo do século XX, a tridimensão da totalidade como princípio metodológico foi extinta, transformando-a (reduzindo-a) em uma única dimensão, qual seja, a relação da parte com o todo. Tal dimensão negligenciou tanto a exigência metodológica, quanto o princípio epistemológico do conhecimento da realidade (enquanto concepção materialista da “realidade” como totalidade concreta).

Depreende-se daí que o conhecimento da realidade, o modo e a possibilidade de conhecê-la dependem de uma certa concepção da realidade. Assim, se a realidade fosse um conjunto de fatos (elementos simples e inderiváveis), então a concreticidade seria a totalidade de ‘todos’ os fatos. Em segundo lugar, a realidade na sua concreticidade seria incognoscível, já que é possível acrescentar, a cada fenômeno, outros aspectos ulteriores, esquecidos ou não descobertos, que caracterizaria um “infinito acrescentamento”, revelando a abstraticidade e não-concretividade do conhecimento. Nessa ótica chega-se à noção de estrutura, concebida nos seguintes termos: “... *Todo conhecimento, seja intuitivo, seja discursivo, é necessariamente conhecimento de aspectos abstratos e não poderemos jamais compreender a estrutura ‘concreta’ da realidade social em si mesma.*” (Kosik, 1976, p. 35, grifos do autor).

Assim, como o conhecimento humano jamais poderia, por princípio, abranger todos os fatos, a tese da concreticidade ou da totalidade poderia considerada uma mística. Essa foi a crítica formulada por Karl Popper, considerado por Kosik um dos principais opositores contemporâneos da ‘filosofia da totalidade concreta’.

Na realidade, totalidade não significa “todos os fatos”, mas um “*todo estruturado, dialético, no qual um fato qualquer pode vir a ser racionalmente compreendido*” (p. 35). Assim, o conhecimento da realidade não está ligado ao fato de “acumular todos os fatos, reunidos em conjunto”. O que permite conhecer a realidade seria compreender os fatos como “um todo dialético – isto é, se não são átomos imutáveis, indivisíveis e indemonstráveis, de cuja reunião a realidade saia constituída – se são entendidos como partes estruturais do todo” (p. 36). O concreto, a totalidade não são todos os fatos, o grupamento de todos os aspectos, coisas e relações, visto que a tal grupamento faltaria o essencial: a totalidade e a concreticidade. Sem a compreensão de que “*a realidade é totalidade concreta – que se transforma em estrutura significativa para cada fato ou conjunto de fatos – o conhecimento da realidade concreta não passa de mística, ou a coisa incognoscível em si.*” (Kosik, 1976, p. 36).

Neste sentido o autor argumenta que a totalidade concreta: (a) não é um método que pretenda (ingenuamente) conhecer todos os aspectos da realidade e oferecer um quadro “total” da realidade na infinidade de seus aspectos e propriedades; (b) não é um método para captar e exaurir todos os aspectos, propriedades, relações e processos da realidade; (c) é a teoria da realidade como totalidade concreta, e entendê-la como concreticidade, é compreender um todo que possui sua própria estrutura; (d) isto implica reconhecer que este todo: não é caótico, se desenvolve e, portanto, não é imutável e que se vai criando;

(e) assim, de tal concepção da realidade: “... *decorre certas conclusões metodológicas que se convertem em orientação heurística e princípio epistemológico para descrição e avaliação da realidade, quer se trate da física ou ciência literária, da biologia ou da política econômica, de problemas teóricos da matemática ou de questões práticas relativas à organização da vida humana e da situação social*” (Kosik, 1976, p. 36).

#### 1.4 ESTA PERSPECTIVA COMUNGA COM O PENSAMENTO INSTITUCIONALISTA?

A diferenciação da ciência em suas várias áreas (biologia, física, química, tecnologia, cibernética e psicologia), ao invés de ameaçar sua unidade, leva a um maior conhecimento da “unidade” do real. Esta nova compreensão da “unidade do real” resulta também em uma maior compreensão da “especificidade” de cada campo do real e de cada fenômeno. Como cita o autor: “*as tentativas para criar uma nova ciência unitária têm origem na constatação de que a própria realidade, na sua estrutura, é dialética*” (Kosik, 1976, p. 37). Isto porque todas as regiões (ou partes) da realidade objetiva são sistemas, são conjuntos de elementos que exercem entre si uma influência recíproca. Daí que o conhecimento da organização, da estrutura, da interação dinâmica oriundas do estudo das “partes” e dos processos isolados revelam-se “insuficientes” para o conhecimento da realidade. Para tanto, deve-se partir das “analogias estruturais”, que determinam o ponto de partida de um mais profundo exame da “especificidade” dos fenômenos. Assim:

*“A hierarquização da realidade em função de um princípio não-teológico só é possível com base nos graus de complexidade das estruturas e das formas do movimento da realidade mesma. A hierarquização dos sistemas com base na complexidade da sua estrutura interna constitui um fecundo completamento do Iluminismo e do legado de Hegel, no qual a realidade (entendida como sistema) é examinada do ponto de vista da complexidade da sua estrutura interna.” (op.cit, p. 38).*

Neste ponto reitera o autor que só a concepção dialética do aspecto ontológico e gnosiológico da estrutura e do sistema permite uma solução positiva que evite tanto o formalismo matemático, quanto o ontologismo metafísico. Por esta razão: “... [s]e a realidade é uma *congérie* de fatos, o conhecimento humano só pode ser apenas um conhecimento abstrato, sistemático-analítico, das partes do real, ao passo que o todo da realidade é incognoscível”. (Kosik, 1976, p. 41).

De maneira oposta ao conhecimento sistemático racionalista e empiricista, que se acumula através da soma das partes, o pensamento dialético “... parte do pressuposto de que o conhecimento humano se processa num movimento em espiral, do qual *cada início é abstrato e relativo*” (*op.cit.*, p. 41, grifos do autor). Assim:

*“Se a realidade é um todo dialético e estruturado, o conhecimento concreto da realidade não consiste em um acrescentamento sistemático de fatos a outros fatos, e de noções a outras noções. É um processo de concretização que procede do todo para as partes e das partes para o todo, dos fenômenos para a essência e da essência para os fenômenos, da totalidade para as contradições e das contradições para a totalidade; e justamente neste processo de correlações em espiral no qual todos os conceitos entram em movimento recíproco e se elucidam mutuamente, atinge a concreticidade.”* (Kosik, 1976, p. 41).

Assim, “... a compreensão dialética da totalidade significa não só que as partes se encontram em relação de interna interação e conexão entre si e com o todo, mas também que o todo não pode ser petrificado na abstração situada por cima das partes, visto que o todo *se cria a si mesmo* na interação das partes” (*idem*, p. 42). Este argumento é semelhante ao movimento do *reconstitutive downward causation* (RDC) –ou *effects-*, salientando-se que aí o ambiente de interação, invés de partir da dialética, parte da ontologia evolucionária oriunda de Veblen.

Não se pretende com a comparação entre as duas perspectivas discutidas ao longo deste texto validar uma ou outra, mas explicitar suas diferenças que, às vezes, parecem insuperáveis. Na noção de totalidade, a relação parte-todo, não se dá pela compreensão de diferentes níveis de análise, mas derivar um do outro, a partir da interação que é dialética, a parte só tem sentido enquanto instância de uma realidade que é incapaz de ser compreendida parcialmente, de forma fragmentada. Na análise de Hodgson, a parte e o todo são instâncias que se integram e interagem em níveis diferenciados, estabelecendo uma mútua interação que produz (e reproduz) essa própria realidade e sua estruturação, dentro de um processo evolucionário.

As realidades nacionais são fruto dessas interações e não podem ser compreendidas de forma parcial, sob pena de “reduzi-las” a uma dimensão que mutila e adultera a complexa dimensão desta realidade. Muitas análises econômicas, no campo da ortodoxia, negligenciam estes aspectos, transformando as realidades institucionais nacionais em aspectos fragmentados e parciais da realidade histórica na qual estão inseridos. A nosso ver, esse é o verdadeiro desafio metodológico que deve ser enfrentado pela moderna análise institucional.

## REFERÊNCIAS

- HODGSON, Geoffrey. **The Evolution of Institutional Economics: Agency, structure and Darwinism in American Institutionalism**. London: Routledge, 2004. 559 p.
- HODGSON, Geoffrey. Institutions and Individuals. **Organization Studies**. 8(1) Downloaded from <http://oss.sagepub.com> at University of Athens on February 6, 2007a.
- HODGSON, Geoffrey. Meanings of methodological individualism. **Journal of Economic Methodology**, v. 14, n. 2, jun. 2007b. p. 211-226.
- KOSIK, Karel. **Dialética do concreto**. Rio de Janeiro, Paz e Terra. 1969. 230 p.
- LAWSON, T. **Economics and Reality**. London and New York, Routledge, 1997.
- LAWSON, Tony. The Nature of Institutional Economics. **Evolutionary and Institutional Economics Review**, v. 2, n. 1. 2005. , p 7–20.
- LAWSON, Tony. The nature of heterodox economics. **Cambridge Journal of Economics**. London, v. 30. 2006. p. 483–505.
- LAWSON, Tony. **Ontology and Economics: Tony Lawson and his critics**. London and New York. Routledge. 2009. 359 p.
- MARX, Karl. **Grundrisse: Manuscritos econômicos de 1857-1858; Esboços da crítica da economia política**. São Paulo, Boitempo Editorial. 2011 [1857/1858]. 788 p.
- PRADO, Eleutério. **Economia, complexidade e dialética**. São Paulo, Plêiade. 2009. 165 p.
- PRADO, Eleutério. **Complexidade e práxis**. São Paulo, Plêiade. 2011. 210 p.
- VEBLEN, Thorstein. Por que a economia não é uma ciência evolucionária? [1898] In: SALLES, Alexandre, PESSALI, Huáscar & FERNÁNDEZ, Ramón (org.) **Economia Institucional: fundamentos teóricos e históricos**. São Paulo: UNESP. 2017. p. 31-52.